

Cronologia de uma luta vencedora



Dia 13 de agosto de 2008, senadora Ideli Salvatti e lideranças do movimento sindical entregam ao governador Luiz Henrique o Projeto de Lei do Piso Estadual de Salários. Documento foi assinado conjuntamente com os senadores Neuto de Conto e Casildo Maldaner.



Abaixo, as ações e atividades promovidas pelas entidades sindicais em prol do Piso Estadual.

➔ **Agosto de 2006**

Primeira proposta do Piso Estadual foi encaminhada pela Fetaesc (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina). Na época, o governador em exercício Pinho Moreira comprometeu-se com a ideia.

➔ **Janeiro de 2007**

Novo projeto foi entregue ao governo do Estado durante audiência pública com o Secretário de Coordenação e Articulação do Estado, Ivo Carminatti.

➔ Entre **23 de março a 4 de maio de 2007** foram realizados

seis seminários regionais, a cargo do Dieese, para debater o assunto e justificar economicamente a implantação do Piso Estadual.

➔ **Julho de 2007**

Audiência pública com entidades sindicais, na Alesc.

➔ **7 de agosto de 2008**

Manifestação em frente a nove Secretarias Regionais: Blumenau, Chapecó, Florianópolis, Joaçaba, Joinville, Lages, Rio do Sul, São Miguel do Oeste e Tubarão. Objetivo era chamar a atenção da sociedade para a luta dos trabalhadores.

Os trabalhadores de Santa Catarina experimentaram o sabor da vitória, com implantação do Piso Estadual de Salário.

Piso Estadual de Salário existe legalmente em SC desde o dia 2 de outubro/2009, quando a Lei foi sancionada pelo governador Luiz Henrique da Silveira, depois de quase três anos de luta.

A aprovação do projeto na Assembleia Legislativa aconteceu dia 9 de setembro/2009, em sessão que durou cinco horas.



Assembleia Legislativa ficou lotada de dirigentes sindicais e trabalhadores de base, que vieram de várias partes do estado para acompanhar a votação do Projeto de Lei sobre o Piso Estadual de Salário.

➔ **2 de outubro de 2009**

Governador sanciona a lei do Piso Estadual de Salário, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2010. Uma conquista da classe trabalhadora catarinense.

➔ **15 de agosto de 2008**

Projeto entregue ao presidente da Fiesc (Federação das Indústrias de Santa Catarina), Alcântaro Corrêa.

➔ **9 de outubro de 2008**

Assembléia Legislativa realiza Audiência Pública para discutir o projeto do Piso Estadual de Salário no Plenarinho, que esteve lotado de trabalhadores de diversos segmentos e lideranças sindicais.

➔ **2 de março de 2009**

Reunião do movimento sindical catarinense, na Fecesc. Aprovação da campanha de abaixo-assinado, de modo a transformar em Lei o Projeto de Iniciativa Popular.

➔ **10 de julho de 2009**

Governador Luiz Henrique da Silveira encaminha à Alesc o Projeto de Lei Complementar (PLC 0030.2/09) que institui um piso salarial para SC, para ser votado em regime de urgência.

➔ **9 de setembro de 2009**

Votação e aprovação do Projeto na Assembleia Legislativa.



Dia 14 de julho de 2009, entidades sindicais de trabalhadores entregaram seis volumes encadernados com as 45.902 assinaturas em apoio ao Piso Estadual de Salário. A coleta das assinaturas junto à população catarinense realizou-se de 11 de março a 10 de julho/2009.



Em outubro de 2007, essa foi uma das muitas publicações apoiadas pelas centrais, federações e sindicatos, que representam mais de 3 milhões de trabalhadoras e trabalhadores no estado de Santa Catarina.



O Dieese realizou estudos sobre a viabilidade de implantação do Piso Estadual em SC. Tema foi debatido amplamente com dirigentes sindicais nos mais diversos seminários.



Auditório Antonieta de Barros esteve tomado de representantes das Centrais Sindicais, durante a votação do Projeto na Comissão de Economia da Alesc, em 2 de setembro de 2009.

O piso salarial estadual veio em boa hora



* José Álvaro de Lima Cardoso

A recente aprovação do piso salarial estadual que começa a vigorar a partir de janeiro de 2010, veio em boa hora. A economia brasileira em janeiro estará em franco processo de crescimento, o que já ocorre, aliás, desde o mês de abril de 2009. A esta altura dos acontecimentos o nível de atividade econômica recuperou-se bem e as projeções são de um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), para 2010, acima de 5%, número que certamente superará a média de crescimento das economias dos países ricos. Uma boa parte desta retomada pode ser creditada ao aumento do consumo das famílias, o que pode ser observado, por exemplo, pelos números apresentados pelo comércio. Em agosto, as vendas cresceram pelo quarto mês seguido, atingindo no acumulado do ano, alta de 4,7%, em volume de vendas e de 9,6% na receita nominal. Dos onze segmentos do comércio analisados na pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos últimos doze meses, oito tiveram resultados positivos, com destaque para o segmento 'Hipermercados e supermercados', que cresceu 8,4% em volume de vendas. Há também uma melhora nos indicadores do mercado de trabalho. Apesar da taxa de desemprego total nos últimos 12 meses nas regiões metropolitanas, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), ter estabilizado em torno dos 14,5%,

o rendimento médio real dos ocupados cresceu 1,1% no mesmo período. Em decorrência, nos últimos 12 meses, findos em julho deste ano, tanto a massa de rendimentos reais dos ocupados quanto dos assalariados cresceram 1,6% e 2,0%, respectivamente. O emprego formal, por sua vez, voltou a crescer fortemente. O resultado geral do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do mês de setembro foi o segundo melhor da série histórica para o mês, tendo gerado 252,6 mil novos postos de trabalho. Um dado fundamental é o da reação do emprego na indústria, o setor mais atingido pela crise. Segundo o Caged, a indústria abriu 123,3 mil novos empregos em setembro, o melhor saldo mensal do setor, desde que a série histórica iniciou em 1992. Tanto os dados do Caged, quanto os da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, relativos a agosto, mostram uma recuperação do emprego industrial. No acumulado do ano até setembro já são 932,6 mil novos postos formais de trabalho, o que possibilita projetar a geração de mais de um milhão de novos empregos de carteira assinada em 2009. Nos primeiros meses de 2010, quando o piso salarial estadual começar a ser pagos aos trabalhadores, tudo indica que a economia já estará crescendo fortemente. Nesse cenário, a expansão da massa salarial adicional decorrente do piso estadual, só irá contribuir para a melhoria de vida dos trabalhadores e para o crescimento da economia catarinense.

*Economista e Supervisor Técnico do DIEESE em Santa Catarina.

